

## **CURSO INTENSIVO DE PREPARAÇÃO PARA OS EXAMES DE ACESSO AO CEJ – TRIBUNAIS JUDICIAIS**

### **FASE 2) PREPARAÇÃO PARA OS EXAMES ORAIS**

#### **PROGRAMA**

##### **Direito Constitucional (4 horas)**

Direito Constitucional; Princípios fundamentais da Constituição da República Portuguesa (CRP); Direitos fundamentais, incluindo a receção constitucional da Declaração Universal dos Direitos Humanos e de outros instrumentos do direito internacional (artigo 16.º da CRP); Organização do poder político e estatuto constitucional dos tribunais; Fontes normativas e efeitos dos atos normativos constitucionalmente tipificados; Sistema de fiscalização da constitucionalidade

##### **Direito da União Europeia (4 horas)**

Princípios de Direito da União Europeia; Instituições da União Europeia; Fontes de Direito da União Europeia; Aplicação de Direito da União Europeia na ordem jurídica portuguesa e pelos tribunais nacionais

##### **Organização judiciária (2 horas)**

Categorias de tribunais e âmbito de competências previstas na Constituição; Tribunal Constitucional; Tribunal dos Conflitos; Modos de organização e funcionamento dos tribunais judiciais; Organização e funcionamento dos tribunais administrativos e fiscais; Estatuto das profissões forenses

##### **Direito do Trabalho (4 horas)**

Princípios laborais com consagração constitucional (artigos 44.º, 47.º, 50.º, 53.º, 58.º e 59.º da CRP): princípios genéricos (liberdade de escolha da profissão; direito ao trabalho e a formação profissional; igualdade de oportunidades; liberdade de circulação de trabalhadores) e princípios específicos (segurança no emprego e proibição despedimento sem justa causa ou por motivos políticos e religiosos); direitos à retribuição, ao repouso e a férias; duração dos períodos de trabalho; salário mínimo; proteção nos casos de acidente de trabalho).

A qualificação do contrato de trabalho: distinção de figuras afins (em particular, o contrato de prestação de serviço); trabalho subordinado e trabalho autónomo; presunções de laboralidade e método judiciário.

Direitos fundamentais e de personalidade dos sujeitos da relação de trabalho subordinado (artigos 14.º a 32.º do Código do Trabalho): assédio e discriminação; liberdade de expressão; reserva da intimidade da vida privada; direitos, deveres e garantias dos sujeitos da relação de trabalho subordinado (artigos 126.º a 129.º do Código do Trabalho): dever de lealdade; dever de assiduidade e regime de faltas; dever de obediência; deveres de urbanidade e probidade; dever de zelo e diligência; direito à retribuição (conceito e garantias); e poderes de direção e disciplinar.

Traços fundamentais do regime jurídico do contrato de trabalho a termo resolutivo certo e incerto (artigos 139.º a 149.º do Código do Trabalho): situações de admissibilidade; exigências de forma e de conteúdo; renovação do contrato de trabalho a termo certo; limites máximos de duração e de renovações; situações de invalidade do termo e de conversão em contrato sem termo.

Formas de cessação do contrato de trabalho (aspetos substantivos e procedimentais): justa causa subjetiva (fundamentos do despedimento por facto imputável ao trabalhador e da resolução pelo trabalhador); causas de caducidade do contrato de trabalho; denúncia expressa e abandono do posto de trabalho.

Acidentes de trabalho: conceito legal e respetivas extensões (artigos 8.º e 9.º da Lei n.º 98/2009, de 4 de setembro), exclusão da responsabilidade (artigos 14.º, 15.º, 16.º e 17.º da Lei n.º 98/2009, de 4 de setembro) e culpa do empregador (artigo 18.º da Lei n.º 98/2009, de 4 de setembro).

### **Direito da Família e das Crianças (4 horas)**

Responsabilidades Parentais e regulação do seu exercício: audição da criança, processo de regulação do exercício das responsabilidades parentais (competência territorial, conferência de pais, mediação e audição técnica especializada, audiência de discussão e julgamento, parecer do Ministério Público e sentença); alteração e incumprimento de regime do exercício das responsabilidades parentais: pressupostos, competência territorial e tramitação; intervenção do Fundo de Garantia de Alimentos Devidos a Menores; convívios com família alargada ou terceiros de referência afetiva; processo tutelar comum; e articulação entre as providências tutelares cíveis e o processo de promoção e proteção.

Proteção de crianças e jovens em perigo: processo de promoção e proteção; objeto e âmbito de aplicação; pressupostos e princípios orientadores da intervenção; modalidades e particularidades da intervenção – intervenção não judiciária; entidades com competência em matéria de infância e juventude; Comissões de Proteção de Crianças e Jovens; o papel do Ministério Público no sistema de proteção de crianças e jovens; processo judicial de promoção e proteção – tramitação; medidas de promoção e proteção – aplicação, execução e cessação; situação e procedimento de emergência.

Apadrinhamento Civil: constituição da relação; consentimento e compromisso de apadrinhamento civil; direitos e deveres emergentes.

Adoção: princípios orientadores da intervenção em matéria de adoção, legitimidade, pressupostos, requisitos, consentimento, constituição do vínculo, adoção de filho do cônjuge, confiança administrativa, trâmites do processo de adoção, efeitos da adoção.

Intervenção tutelar educativa: pressupostos, inquérito tutelar educativo, detenção e primeiro interrogatório, intervenção do juiz no inquérito tutelar educativo, medidas cautelares, fase jurisdicional, medidas tutelares educativas (finalidades e conteúdo; aplicação revisão e cessação das medidas) e articulação entre a intervenção tutelar educativa e a de promoção e proteção.

Divórcio: regime geral, divórcio por mútuo consentimento (espécies e trâmites) e divórcio sem consentimento de um dos cônjuges.

**Direito Civil e Direito Comercial (8 horas)**

**Direito Processual Civil (6 horas)**

**Direito Penal e Direito Processual Penal (8 horas)**

Total de 40 horas